

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: O PROCESSO CIVILIZADOR EM NORBERT ELIAS

Severino Vicente da Silva¹
Claudefranklin Monteiro Santos²

Resumo: O presente artigo pretende fazer uma discussão em torno da relação entre história e educação. A análise do primeiro volume do livro do sociólogo alemão Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, traz a educação como parte de um condicionamento em que os homens, particularmente os europeus, num espaço de mais de cinco séculos, se tornaram civilizados. Considerando a tese de Elias de que não existe atitude natural no homem, o processo histórico de ensino-aprendizagem se tornou, também, essencial ao chamado desenvolvimento dos modos de conduta e responsável direto pela formação de um modelo de civilização que se espalhou pelo mundo.

Palavras-chave: História – Educação – Norbert Elias.

Abstract: The present article intends to do a discussion around the relationship between history and education. The analysis of the first volume of the German sociologist's Norbert Elias book, *The Civilizer Process*, brings the education as part of a conditioning in that the men, particularly the Europeans, in a space of more than five centuries, became civilized. Considering Elias' theory that natural attitude doesn't exist in the man, the historical process of teaching-learning became, also, essential to the call development of the manners of conduct and responsible direct for the formation of a civilization model that dispersed for the world.

Keywords: History – Education – Norbert Elias.

Entendendo Elias

A compreensão do que venha a ser civilizado, dependerá em Elias de dois movimentos: 1) A percepção que os comportamentos mudam com o passar do tempo; e, 2) A predisposição a julgar o que seria mais ou menos civilizado implicaria, antes, um relativismo que aproximaria os tempos históricos, na medida em que o conceito de civilização vai se constituindo com sua identificação no tempo histórico.

A obra de Norbert Elias mexeu com alguns ramos da ciência. Ele, tendo sido um sociólogo, afetou com seus escritos o *modus operandi* da psicologia, da educação e da história. Esta última, em certa medida, se viu impelida a perceber melhor as minúcias da vida humana em sua relação com o próprio tempo histórico. Elias se aproximou da linguagem e da metodologia da história, na medida em que observou os fenômenos

humanos, suas atitudes e intenções, na busca de um sentido na história, à luz do que os historiadores das mentalidades chamariam de “longa duração”.

Renato Ribeiro³ classifica os estudos de Norbert Elias como sendo uma história dos sentimentos. No que diz respeito ao seu estilo, assim define sua obra: “o caráter fundamental da leitura, o uso da forma literária como um documento privilegiado de conhecimento, o interesse nas formas de sentir e imaginar como tema de estudo”. (RIBEIRO, 2011, p. 9)

A discussão em torno das palavras “civilisation” e “kultur” e a maneira como ingleses e franceses de um lado, alemães do outro, as entendem é a tônica desenvolvida por Elias para mostrar como ocorre o processo de formação de um conceito e como este vai ganhando formatos e entendimentos diferentes ao longo do tempo.

Ele mostra, dentro de uma perspectiva de uma história dos conceitos num plano de longa duração, como o conceito de cortesia foi dando espaço ao conceito de civilidade e este ao de civilização, até que fosse considerado aceitável no tecido social de diversos países.

Uma aproximação com uma história dos conceitos de Reinhart Koselleck (1923-2006) é inevitável. No geral, Elias entende que os conceitos são construções históricas e estão à mercê de diversos tipos de flutuações, de políticas a culturais, como as entendemos hoje.

Em Koselleck, as palavras podem ter história e para tanto são e devem ser tratadas como conceitos, pois eles seriam analisados dentro de um entendimento reflexivo. Em sua teoria, por exemplo, uma análise do discurso é um dos elementos possíveis e não o único nesse processo. Assim:

A história dos conceitos coloca-se como problemática ao indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio das fontes. (...) Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar tornando-o compreensível. (KOSELLECK, 1992, p. 136)

Como tais conceitos (civilização e cultura) foram durante algum tempo apreendidos de forma diferente entre ingleses, franceses e alemães, mesmo no campo da semântica política, tornou-se uma tarefa improdutiva e insolúvel um lado tentar

explicar-se ao outro, pois envolvia situações completamente díspares, advindas necessariamente de seus processos históricos diferenciados, inclusive formação e constituição enquanto nação.

Para Elias (2011, p. 25):

Conceitos como esses dois têm algo de caráter de palavras que ocasionalmente surgem em algum grupo mais estreito, tais como família, seita, classe escolar ou associação, e que dizem muito para o iniciado e pouquíssimo para o estranho. Assumem forma na base de experiências comuns. Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma tradição e da mesma situação.

Chama atenção como Norbert Elias trata social e historicamente as palavras e seus significados, especialmente no que tange a dois outros movimentos: 1) de transmissão, muitas vezes inconsciente; 2) de cristalização e corporificação no passado histórico. Na discussão levada a cabo por ele, em especial dos conceitos de “civilisation” e “kultur”, fica claro como eles são gestados, modificados, esquecidos ou não, e, como se diz muito atualmente, até ressignificados.

Impressiona como por trás de um simples gesto de comer com garfo esconde-se uma densa camada de história, que denuncia como padrões de conduta, códigos de comportamento e expressões civilizadas de uma sociedade foram se cristalizando.

Na análise de Elias, os conceitos têm vida e sofrem a ação do tempo histórico.

Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões, eles apenas adormecem, ou o fazem em certos aspectos, e adquirem um novo valor existencial com uma nova situação. (ELIAS, 2011, p. 26)

Sabedor de que coisas como comer com garfo, enquanto resultado de um processo histórico, Elias, em sua análise, apresenta e faz uso de um método que consiste em remontar indefinidamente no passado, camadas e mais camadas de história com vistas a ir percebendo como tais comportamentos vão se sedimentando, de elementos de distinção, comportamentos agregados à prática cotidiana e sinais de civilização.⁴

Através dos tempos, particularmente na Europa do século XII ao XVI, situações concernentes ao que seria uma “boa educação” foram se avolumando e se repetindo, com algumas variações, por diversas partes, sugerindo e apontando para um comportamento que se convencionou chamar de civilizado, mas que esteve, de algum modo, mais circunscrito a uma classe superior, dado que aquilo que era apontado como incivilizado era aceito como normal entre as classes inferiores.

O que achamos inteiramente natural, porque fomos adaptados e condicionados a esse padrão social desde a mais tenra infância, teve, no início, que ser lenta e laboriosamente adquirido e desenvolvido pela sociedade como um todo. Isto não se aplica menos a uma coisa pequena e aparentemente insignificante como um garfo do que a formas de comportamento que nos parecem mais importantes. (ELIAS, 2011, p. 78)

Elias afirma que uma mudança comportamental, como os hábitos à mesa, ocorre muito lentamente com o passar do tempo. Sua força regulatória também segue o mesmo movimento. Mas em geral, certo padrão é mantido em todas as fases, com algumas variações naturais na forma, a depender do país.

Até o século XVIII, o refinamento da conduta foi o elo diferenciador social, substituído gradativamente pelo dinheiro e pela posse dele: “mais do que antes, o dinheiro torna-se a base das disparidades sociais. E o que as pessoas concretamente realizam e produzem torna-se mais importante do que suas maneiras”. (ELIAS, 2011, p. 111)

A exemplo de outros hábitos e costumes, a fala, seu refinamento ao longo dos anos, também passará por um processo lento de alterações que definirão inclusive o caráter nacional de cada país.⁵

Para o autor, as alterações na linguagem estiveram diretamente relacionadas a questões de classe social. A partir do século XVIII, por exemplo, com a ascensão gradativa da burguesia, esta irá definir (embora as influências sejam e se deem de ambos os lados: cortesia e burguesia) os padrões linguísticos de um modo geral.

Para Elias, as condições históricas da Alemanha, por exemplo, lhe deram a percepção diferenciada de “kultur”, em relação aos ingleses e franceses, de “zivilization”. Nesse sentido, discorre uma reflexão interessante sobre a Alemanha, do século XVIII, mostrando situações históricas que não lhe permitiram o crescimento no

campo das artes e da literatura como em outros países da Europa, que elegiam o modelo francês, até mesmo na Corte prussiana de Frederico, o Grande. Diz o autor, em relação a isto: “falar francês é o símbolo de status de toda a classe superior”. (Elias, 2011, p. 29)

O fosso histórico entre as duas classes sociais alemãs, na segunda metade do século XVIII, segundo Elias, explica a falta de um projeto político que ensejasse uma nação.

Se, por um lado, havia por parte do rei da Prússia um germe de transformação, este não conseguiu encontrar eco por toda a Alemanha, pois sua postura cortesã, de moldes franceses, não se coadunava com a postura mais aburguesada da chamada *intelligentsia* de classe média. Por outro lado, um vigor de pensamento e sentimentos verificados nessa *intelligentsia* apontava novos caminhos para a Alemanha pós Guerra dos Trinta Anos, muito embora, estivesse longe sua eficiência enquanto projeto político que pudesse desbaratar uma sociedade de corte francesa ou afrancesada. Isto, para Elias, teria sido a tônica da formação do caráter nacional alemão por muito tempo.

O fosso a que se refere o autor fica mais evidente em sua obra, quando se valendo de exemplos da literatura aprofunda as características marcantes de cada uma das classes envolvidas em sua análise. Aqui, certamente, um dos pontos centrais é a falta de uma unidade, uma troca e circulação de idéias (*hinterlândia*) entre os membros da *intelligentsia* de classe média alemã, em contraste com a realidade de outros países como a França, do século XVIII.

A inoperância política da *intelligentsia* alemã é explicada também por sua autoimagem, que se conformava em orgulhar-se de sua formação intelectual (*bildung*) e da profundidade de seus escritos (*kultur*), em contraposição aos hábitos e comportamentos superficiais (*zivilization*) dos membros da corte.

Observe o que diz Elias (2011, p. 42):

Os escritores e intelectuais alemães como que flutuam no ar. Mente e livros são seu refúgio e domínio, e as realizações na erudição e na arte seu motivo de orgulho. Dificilmente existe para esta classe oportunidade de ação política, de metas políticas.

Se aos ascendentes membros da *intelligentsia* classe média alemã faltou o trato com política e projetos políticos, para Elias o mesmo não se pode dizer dos burgueses, antes da Revolução de 1789, que viveram infiltrados na aristocracia de corte, com os

mesmos gostos, sentimentos e pensamentos dos alemães, mas encarando sua distinção dos homens simples, por exemplo, como expressão de uma civilização.

Enquanto a *intelligentsia* alemã pensava e sentia como exímios intelectuais formados em universidades por padres e professores, a *intelligentsia* francesa não só teve um “forte treinamento político” como uma clara “tendência a pensar em termos políticos”. (ELIAS, 2011, p. 51)

Como se pode perceber, o conceito de “zivilization”, como o conceito alemão correspondente de “kultur”, emergiu nesse movimento de oposição na segunda metade do século XVIII. Seu processo de formação, função e significado foi tão diferente dos implícitos no conceito alemão como as circunstâncias e costumes da classe média nos dois países.

Também faz parte das preocupações de Elias a relação entre a gênese de uma sociedade civilizada e a formação dos Estados Modernos Europeus. Nesse sentido, se pauta numa análise em torno do que ele chama de “sociogênese do Estado”, se apoiando em Max Weber, sobretudo no que diz respeito ao “monopólio do exercício da força física”, verificada pela presença do Estado que sucumbe a descentralização do período medieval, por exemplo.

O exercício da violência como condição para manter a ordem, a unidade do que era diverso, afetou a postura da sociedade de um modo geral. O novo aparelho modelador, leia-se Estado Moderno, implicava novas formas de dominação e de controle, definindo e redefinindo novas exigências e novas proibições sociais, e, também, novos tipos de medo. Isto passava inevitavelmente pelo processo de educação.

Afora o controle pela força dos pulsos naturais de uma sociedade “bárbara”, o processo civilizador fatalmente valeu-se da educação e do aumento do conhecimento. Sobre isto, ainda invocando a discussão em torno da *intelligentsia* alemã, vale destacar a maneira como Elias se expressa a respeito:

O conceito subjacente a esse movimento esclarecido de reforma, socialmente crítico, é sempre o mesmo: que o aprimoramento das instituições, da educação e da lei será realizado pelo aumento dos conhecimentos. Isto não significa “erudição” no sentido alemão do século XVIII, porquanto os que aqui se expressam não são professores universitários, mas escritores, funcionários, intelectuais, cidadãos refinados dos mais diversos tipos, unidos em através do médium da “boa sociedade”, os salons. (ELIAS, 2011, p. 58)

Norbert Elias, o processo civilizador e a educação

Em grande medida, pode-se afirmar que as possibilidades de estudo e de análise de uma discussão educacional em Elias partem de suas observações a respeito da obra de Erasmo de Rotterdam.

A origem do conceito de civilização, segundo ele, remonta de há muito tempo, mas ganha uma roupagem mais bem definida a parti da obra de Erasmo de Rotterdam, *De Civilitate Morum Puerilium* (1530). À guisa de uma discussão da obra do humanista holandês, o autor percebe o desenvolvimento do conceito dentro de um processo de longa duração, sob a perspectiva de uma história das palavras. Para Elias (2011, p. 66), “Erasmo deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, civilitas. Intencionalmente ou não, ele obviamente expressou na palavra algo que atendia a uma necessidade social da época”.

Elias classifica a obra de Rotterdam como inigualável no que tange a ser um escrito para a educação de crianças, ressaltando sua força, clareza e caráter pessoal. (2011, p. 67) Ele percebe a obra não mais como um manual, tão somente, de educação e de decoro, mas como testemunha de mudanças substanciais de comportamento pelas quais os europeus foram vivenciando desde séculos remotos e que terão entre os séculos XVI e XVIII sua cristalização e assentamento (2011, p. 81).

Elias apresenta a obra de Rotterdam como escritos semelhantes aos seus, no que contribuíram para imprimir novas formas de comportamento que, lenta e gradualmente, substituíram hábitos de cortesia cavalesca feudal por hábitos civilizados que se tornaram regras gerais para todas as sociedades ocidentais.

Afora o apontamento e a identificação de problemas de educação e de decoro verificadas em obras do tipo, Elias chama atenção para dois movimentos: 1) a redefinição e afirmação da autoimagem do intelectual, que se distingue de outras categorias pela exaltação de seus dotes científicos e pelo cultivo das artes e da ciência, o que lhe proporcionaria um novo tipo de distinção e ascensão social não mais baseado em valores ou preceitos cortesãos; 2) os intelectuais assumem uma postura humanista

não mais de apenas narrar, mas também de, em sua narração, cravar suas observações e sua experiência da vida social, apontando caminhos para novas posturas e códigos sociais que, aos poucos, se tornarão regras de civilidade, não mais de cortesia, e concernentes a todo o corpo social.

Assim, diz Elias (2011, p. 86):

A tendência cada vez mais de pessoas de se observarem e aos demais é um dos sinais de que toda a questão do comportamento estava, nessa ocasião, assumindo um novo caráter: as pessoas se moldavam às outras mais deliberadamente do que na Idade Média.

Ou ainda, a percepção clara de uma intenção ao aumento do controle social, necessário à vida social nos moldes do que seria civilizado.

Da leitura de Elias é possível extrair o que poderia ser um conceito de educação: o meio e modo pelo qual, dolorosamente, fomos e somos condicionados a adaptar e frear as pulsões naturais, com vistas a atingir um grau de civilização.

Educação em Elias: premissas educativas

Educado como oposição a grosseiro.

Educar-se é refinar-se.

Discrição nos gestos como sinal de boa educação.

O ato educativo como mentor de um padrão social aceitável pelo grupo: “algumas formas de comportamento são proibidas não porque são anti-higiênicas, mas porque são feias à vista e geram associações desagradáveis.” (ELIAS, 2011, p. 128)

Ser educado é ser asseado.

A educação se dá pelo exemplo. A imitação é importante desde a mais tenra idade.

Educar-se requer espera e autocontrole. Agir com parcimônia no tempo determinado pelas normas: “o padrão social a que o indivíduo fora inicialmente obrigado a se conformar por restrição externa é finalmente reproduzido, mais suavemente ou menos, no seu íntimo através de um autocontrole que opera mesmo contra seus desejos conscientes.” (ELIAS, 2011, p. 129)

Ser educado é agir de acordo com normas, que se não infringidas, parecerão normais a quem delas fizer uso.

A escola, de algum modo, surge da necessidade de completar o trabalho de inculcação e refreamentos iniciado desde cedo no núcleo familiar: “a questão de bom comportamento uniforme torna-se cada vez mais candente, especialmente porque a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social.” (ELIAS, 2011, p. 87)

Educar é cuidar-se do pudor. O nível de um indivíduo educado está para a sua sensação de embaraço e de vergonha.

Quanto a isto, afirma Ricardo de F. Lucena (2002, p. 6-7): “a idéia que formamos de corpo é, por sua vez, a expressão de um estágio avançado daquilo a que Elias chama a atenção num estágio avançado de civilização de um processo de individualização.” (*sic*)

A educação implica o recato com a sua intimidade corporal. É preciso esconder o que causa vergonha. O enclausuramento da vida íntima, seja por meio do recolhimento ao dormir, seja pela necessidade de banhar-se, transformou suas privações uma das maiores mudanças no comportamento humano a partir do século XVI e com seu auge no século XIX.

Aspectos da vida humana, como a falta de pudor ao andar nu ou fazer outras coisas de mesmo modo, são substituídos pelo recato e às regras rigorosamente que se seguiram. O controle sobre o corpo e sobre seus usos estiveram na ordem do dia do processo civilizador.

Sobre a educação das crianças, firmou-se no século XX, especialmente, um controle e um condicionamento mais efetivo no que tange aos pudores do corpo: “prevalecia a atitude mais severa de que a moralidade e o respeito pelos tabus deveriam estar presentes nas crianças desde os primeiros anos”. (ELIAS, 2011, p. 163)

Educar-se é conter manifestações do corpo que podem causar repugnância e vergonha, para si e para os outros, como defecar, peidar, escarrar, pigarrear, ficar excitado, masturbar-se, praticar sexo, ficar nu, tomar banho. Segundo Lucena (2002, p. 7), “expressões como ‘eu tenho um corpo’ ou ‘eu sou um corpo’, embora ainda tragam

em si um caráter dual, são o ápice de um modo de pensar e sentir que só muito recentemente ocupou lugar na consciência humana.”

Para Elias, o aumento do patamar de vergonha e o cultivo de sentimentos que o despertem estão no cerne do processo civilizador. Isto se aprofunda à medida que o controle social se torna mais rigoroso e à medida que cresce e se desenvolve seu aparelhamento técnico, consolidando novos hábitos, reforçando-os, reproduzindo-os e disseminando-os.

Sobre adultos e crianças, da educação e da necessidade de educar, Elias (2011, p. 139) assim se pronuncia e mesmo sentencia:

O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados “adultos” e das crianças. Estas têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica, que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos. Nisto, os pais são apenas instrumentos, amiúde inadequados, os agentes primários de condicionamento.

Sobre isto, vale destacar o que afirma André Ferreira (2010, p. 104): “a educação moral será, além de educar para a adesão, educar para a disciplina. (...) O exercício da disciplina possibilita o desenvolvimento da auto-regulação, tornando mais estáveis as relações do sujeito no conjunto da sociedade” (*sic*).

A civilização no tocante ao corpo proporcionou alterações nas funções e significados do espaço. A necessidade imperativa do recato com o corpo fez com que certos hábitos, antes públicos, fossem recolhidos a lugares “adequados” à luz da civilidade e dos bons costumes, como o quarto e o banheiro: “o refinamento dos sentimentos, sua crescente orientação pelo intelecto, que lhe permite serem penetrados pela inteligência, corresponde à introjeção racionalizada dos limites aos desejos e disposições singulares.” (FERREIRA, 2010, p. 105)

Para Elias, o que determinou por muitos anos a distinção do que era bom ou mau nas mudanças de comportamento não foi a sua compreensão racional, como se verificaria mais tarde no século XIX, mas o que era ou não civilizado pelo “patamar de repugnância”. Para o autor foi o nível de embaraço que determinou esse processo, distinguindo o que era ou não civilizado: “medo, repugnância, culpa, associações dos

tipos os mais díspares exageram o perigo real. E é exatamente o que ancora tão firme e profundamente essas proibições na personalidade e lhes dá o caráter de tabus”. (2011, p. 87)

Para confirmar sua tese de que não foi, inicialmente, a compreensão racional que foi definindo o que era bom ou não para um homem civilizado, o autor discorre a respeito do hábito de comer carne e suas alterações históricas.

Baseado na idéia de que os fenômenos humanos nada mais são do que a concretização de suas relações e comportamentos, materialização de sua vida social e mental (2011, p. 119), Elias mostra que foi o patamar de repugnância ao hábito de trincar o animal inteiro à mesa que foi determinando novos padrões sociais nesse aspecto. Hoje, por exemplo, ao açougueiro cabe o trinchamento do animal inteiro. À mesa, chegam apenas pedaços e partes escolhidas pelos comensais.

Ou seja, foram as tentativas de remover o que ia sendo considerado desagradável à vista na prática de trincar o animal à mesa, por exemplo, que foi redefinindo os comportamentos. Longe de ter sido, a priori, uma compreensão racional, foi o sentimento que foi decisivo.

Em geral, o que se observa no processo civilizador, sobretudo nos costumes à mesa e nos hábitos alimentares, é a presença de elementos de ordem sentimental, mental e mesmo religiosos, como a longa restrição ao uso do garfo.

Algumas formas de comportamento são proibidas não porque são anti-higiênicas, mas porque são feias à vista e geram associações desagradáveis. A vergonha de dar espetáculo, antes ausente, e o medo de provocar tais associações, difundiam-se gradualmente dos círculos que estabeleceram o padrão para outros mais amplos, através de numerosas autoridades e instituições (ELIAS, 2011, p. 128).

Como se vê, o molde da personalidade de um sujeito ao seu meio social foi determinado por aspectos nada racionais, embora seu resultado venha a ser racional: o controle e a organização social. Isto explica em grande medida a tese do processo civilizador defendida por Norbert Elias em sua obra.

A civilização, no tocante ao corpo, proporcionou alterações nas funções e significações do espaço. A necessidade do recato com o corpo fez com que certos hábitos antes feitos de forma pública, sem nenhum pudor, fossem recolhidos a espaços

apropriados e adequados à luz da civilidade e dos bons modos, como o quarto e o banheiro. A introdução de dormitórios separados para os pais, as meninas e meninos, além dos espaços específicos para a refeição passaram a estar na ordem do dia.

Para Elias (2011, p. 174), o processo civilizador fortaleceu o comedimento sexual, ampliou as proibições e os tabus, colaborando para construir o que ele chama de “uma grossa parede de sigilo em volta do adolescente”.

Ao tratar das significativas mudanças ocorridas acerca das relações sexuais por meio do processo civilizador, Elias ressalta a cristalização de um tabu enorme a este respeito, no trato sobre o assunto entre adultos, crianças e adolescentes. Para o autor, houve, sobretudo a partir do século XIX, uma espécie de “conspiração do silêncio” que afastou as crianças e adolescentes de uma discussão sobre sexo, mesmo as mais pueris como o fazer a corte.

Nesse sentido, alguns escritos, como o de Erasmo de Rotterdam (*Familiarum Colloquiorum* - 1522), foram considerados imorais e até anticlericais por serem julgados como contraproducentes à boa conduta civilizada e cristã. Entretanto, afirma Elias (2011, p. 169): “queria simplesmente mostrar ao jovem o mundo como um espelho, ensinar o que devia ser evitado e o que era conducente a uma vida tranqüila” (*sic*). De algum modo, a julgar pelo que se lê em Erasmo e outros autores, pode-se dizer que eles anteciparam em alguns séculos o que ainda hoje é tabu: uma educação sexual.

Nunca é demais lembrar que, nos anos 1960, momento da publicação da primeira edição do volume 1 de *O Processo Civilizador*, a questão da sexualidade esteve na ordem do dia entre os jovens que se rebelavam contra uma sociedade que julgavam opressora.

O refreamento dos impulsos sexuais e sua subsequente ocultação da vida pública reforçam o papel da chamada família nuclear, baseada por relações de fidelidade, com proibições cada vez mais severas às escapadas sexuais das partes, sobretudo, mais tarde, da mulher.

Nesse sentido, a Igreja, apesar de seus esforços de longa data, foi menos decisiva do que a ascensão da burguesia no processo de afirmação de uma relação monogâmica. Para Elias (2011, p. 177), “a restrição a relações sexuais ao casamento era frequentemente considerada como burguesa e socialmente descabida”.

A importância da família passou a ser fundamental com vistas à educação dos jovens, controlando seus pulsos sexuais e definindo as novas regras de convivência matrimonial, ancoradas na fidelidade entre os parceiros.

Ao passo em que aumenta o controle externo, aumenta também o interno, gerando normativos primeiro pelo medo, depois pela consciência e, por fim, pela compreensão racional.

Ainda que o autor não disserte a respeito, pode-se dizer que, de alguma forma, o regramento moral definido pela Igreja para o celibato e, também, para o casamento esteve na esteira do chamado processo civilizador, aumentando o controle social pelo medo e o autocontrole pela culpa de pecar.

O mesmo não se pode dizer da religião na forma em que Elias a coloca, o que pode gerar algumas contradições oportunamente esclarecidas, que não será o caso aqui, mas que cabe destacar para fins de reflexão. Senão, vejamos: “a religião, a crença na onipotência punitiva nunca teve em si um efeito “civilizador” ou de controle das emoções. Muito ao contrário, a religião é sempre exatamente tão “civilizada” como a sociedade ou classe que a sustenta”. (2011, p. 190)

O processo civilizador verificado na Europa Ocidental ganhou, depois, outras formas, em outras partes do Ocidente e mesmo do mundo, encerrando no íntimo e no privado até mesmo as relações antes consideradas públicas como a prostituição e o matrimônio. Seu estabelecimento através dos séculos tornou as sociedades, em tese, cada vez mais intimistas, escondendo cada vez mais coisas antes, naturalmente, expostas.

O processo civilizador nada mais foi do que a cristalização da privacidade, condicionando os julgamentos contemporâneos ou mesmo de outras épocas à luz de uma frivolidade que de fato não existiu, mas que fora construída historicamente.

Nem mesmo os impulsos naturais da agressividade humana ficaram isentos do processo civilizador. A agressividade, seu controle e autocontrole, também passaram pelas mesmas transformações históricas que o hábito de comer e de se relacionar sexualmente. A agressividade, assim como o sono, a comida e o sexo deveriam ser controlados socialmente com vistas a definir um novo padrão social, marcadamente civilizado.

Elias ressalta que os diversos exemplos que usou para ilustrar situações reais do chamado processo civilizador verificado na Europa Ocidental, dos quais inferimos as premissas anteriores, não foram obras do acaso ou da imaginação de seus autores. São, antes, marcas registradas dos tempos em que foram publicadas; são fontes que lançam luzes sobre mudanças de comportamento verificadas entre os séculos XII e XVII. Além disso, adverte, acusam também um longo processo de sedimentação de novos costumes, tidos como civilizados, não necessariamente retilíneos, homogêneos e mesmo contemporâneos.

Considerações Finais

Nos dias de hoje, apesar de uma quase unanimidade sobre a atualidade de sua obra, duas idéias presentes em Norbert Elias são alvos de críticas, mas sem que isso invalide sua importância nos estudos sobre história e educação, por exemplo, sobretudo quando se pensa nas mudanças que ocorreram na vida humana, verificadas após sua edição e publicação. Primeiramente, a idéia da existência de um sentido para a história, à luz do que seria o segundo alvo das críticas que é a idéia de uma evolução da humanidade. Pois, o gradual refinamento dos costumes não mais responde, a julgar pelas atrocidades e barbáries do mundo pós-queda do Muro de Berlim, ao que seria uma evolução do homem em sociedade e nem tão pouco isto lhe apontaria um sentido.

Ao procurar desenvolver uma teoria geral da civilização, Elias aponta caminhos diversos de refutação, se for o caso, mas, sobretudo, de aprofundamento das questões em sua obra. Nesse sentido, abre flancos para a pesquisa histórica e, mesmo, parece ter certeza quanto a isto:

Se consegui lançar um alicerce razoavelmente seguro para ulterior reflexão e pesquisa nesta direção, este estudo atingiu todas as metas a que se propôs. Serão necessárias a reflexão de muitas pessoas e a cooperação de diferentes ramos do conhecimento, hoje freqüentemente divididos por barreiras, artificiais, para que gradualmente sejam respondidas as questões aqui levantadas. (*sic*) (ELIAS, 2011, p. 18)

O sociólogo alemão manifesta um propósito claro e ainda em aberto no campo científico: compreender o que realmente significa civilização. Para tanto, entende ele,

não importa sabê-la na perspectiva do que é mais ou menos civilizado, mas como os processos civilizadores se dão e se deram e como eles operam.

Nunca é demais lembrar que, embora o processo civilizador de Elias procure se ater à realidade histórica da Europa Ocidental num espaço de cinco séculos, também se corporificou em outras partes do mundo, assumindo nuanças diferenciadas. Isto teria se dado a partir do momento em que as sociedades européias ocidentais levaram a cabo seus processos expansionistas, entendendo que se achavam em superioridade em nível comportamental, tecnológico, educacional e artístico, sem falar em bélico-militar.⁶

Da leitura de Elias, especialmente de sua análise sobre o processo civilizador ocorrido entre os séculos XII e XVIII, é possível perceber a gestação, também, de um conceito de educação que a nosso ver irá perdurar por muito tempo. Nesse sentido, percebe-se que o processo educador ocorre por meio dos seguintes elementos: pressão e coação; transferência de pressão dos adultos para as crianças; repressão dos sentimentos desde a tenra idade; o amoldamento de comportamento pela imitação.

No período que se seguiu ao século XVIII, família, escola e Igreja tiveram papéis fundamentais no fomento de um padrão social desejável ao mundo civilizado, primeiro na Europa Ocidental e depois por todo o Ocidente.

Certa feita, um velho mestre, à luz dos escritos de Norbert Elias, afirmou que a educação é um ato de violência e de violação da liberdade natural do indivíduo. Ao ser violentado, o indivíduo é levado a repensar suas ações e, no processo, torna-se civilizado, ou seja, pretensamente dócil e sociável.

O processo civilizador implicou num violento, gradual e variável processo de refreamento, controle, autocontrole e ocultação das pulsões humanas as mais diversas. Para tanto, a força e, de igual modo, a educação foram seu esteio realizador ou, de algum modo, ainda o são.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do GPCIR (Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades). Coordenador Pedagógico do Ponto de Cultura Estrela de Ouro do Maracatu Estrela de Ouro de Aliança, PE

² Professor do Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisador do GPCIR (Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ RIBEIRO, Renato. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. I: uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁴ ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. I: uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 71.

⁵ Idem, 2011, p. 115.

⁶ Ibidem, p. 61.